

A EXTENSÃO RURAL E AS MUDANÇAS AMBIENTAIS

Arlene Renk¹, Kerli Paula Melz Viebrantz²

¹UNOCHAPECO - *arlene@unochapeco.edu.br*

²UNOCHAPECO - *melz@unochapeco.edu.br*

Resumo

A região do extremo-oeste de Santa Catarina caracteriza-se pela essencialidade agrícola, produção a qual, durante muitos anos se organizou em pequenas propriedades rurais, com mão de obra familiar e artesanal. Uma região que apresenta baixo índice de desenvolvimento econômico e social na trajetória de sua história. A extensão rural surgiu no Brasil no contexto da guerra fria. O surgimento da Extensão Rural ocorre em um período da história brasileira onde a intervenção do estado na economia e na sociedade era contínua, era necessário que o Brasil tivesse um grande desenvolvimento industrial, isso para que a Doutrina do sistema de produção Soviético não tivesse respaldo no Brasil. Dessa forma, era fundamental que a agricultura brasileira superasse o seu “atraso”, e para isso, era necessário que os agricultores tivessem uma cultura tecnicista, a qual seria formada a partir do trabalho dos extensionistas. A Extensão Rural, como Política do Estado para Agricultura, surgiu em Santa Catarina no ano de 1956, com o objetivo de criar estratégias de educação informal que consolidasse o modelo capitalista de produção agrícola: A Revolução Verde. Era necessário formar um novo sujeito, um novo agricultor, apto a lidar com as novas tecnologias e técnicas. E, era preciso atingir os jovens, mais propícios a aceitar o novo, eles iriam levar a modernidade ao campo, surgindo os Clubes 4S, que reuniam rapazes e moças do meio rural, onde se desenvolviam atividades que marcavam a transmissão de conhecimentos tecnicistas. Passou-se a praticar a agricultura mecanizada sem questionar as possíveis conseqüências ambientais, adotando um modo de produção essencialmente voltado para o mercado.

Palavras-chave: agricultura , extensão rural, ambiente.

1 Introdução

O presente artigo objetiva analisar a influência que a Extensão Rural exerceu na formação de uma cultura tecnicista, no extremo-oeste de Santa Catarina, especialmente nos municípios de Iporã do Oeste, Mondaí, Riqueza, Caibi e Itapiranga, entre as décadas de 1950 e 1980, período que representou uma profunda transformação no modo de agir e de pensar no meio rural. Houve uma inserção acelerada na economia de mercado, introduziram-se o uso de técnicas e métodos que aumentaram a produção e provocaram sérios impactos ambientais.

No Brasil, a extensão rural surgiu no contexto da guerra fria. Com recursos financeiros da Fundação Rockefeller houve a experiência pioneira em Minas Gerais. Os resultados foram considerados satisfatórios e mais este modelo foi adotado nos diversos Estados, como uma política pública. No que diz respeito às ações da Fundação Rockefeller, na primeira década do século passado financiou ações de pesquisa, intervenção e subsidiou a implantação de laboratórios na área da saúde. O contexto do final da Segunda Guerra e o acirramento do bloco capitalista comandado pelos Estados Unidos e bloco socialista, liderado pela União Soviética, fez com que a “filantropia

científica” incluísse em sua pauta a população rural. No imaginário das elites tratava-se de população facilmente seduzível aos ideais comunistas. Ante a ameaça do perigo vermelho, era fundamental que a agricultura brasileira superasse o seu “atraso”. O receituário estaria na adoção de uma cultura tecnicista, a qual seria formada a partir do trabalho dos extensionistas.

A Extensão Rural, como Política do Estado para Agricultura, surgiu em Santa Catarina no ano de 1956, criando várias estratégias de educação informal que transmitiam informações com o objetivo de formar, entre os agricultores, uma cultura que levasse a prática o uso de insumos e equipamentos agrícolas, proporcionando a Revolução Verde.

Dentre essas estratégias inserem-se os Clubes 4S, que reuniam rapazes e moças do meio rural, organizados em grupos e com a orientação de extensionistas, desenvolviam várias atividades educativas. Esses clubes pretendiam desenvolver atividades como a “lavoura demonstrativa”, a organização da horta, campanhas voltadas à higiene pessoal e também da propriedade, seminários e encontros com atividades recreativas, voltadas a demonstrar os benefícios e as vantagens que a modernização da agricultura poderiam proporcionar.

No oeste catarinense, a economia baseada na agricultura, a vida social e o artesanato, praticados no período anterior a 1960 sofreram profundas modificações. Com a introdução da tecnologia moderna, a partir da adoção de novas técnicas de cultivo impulsionadas pelo trabalho da extensão rural, a forma de pensar e cultivar mudou: passou-se a praticar a agricultura mecanizada sem questionar as possíveis consequências ambientais, adotando um modo de produção essencialmente voltado para o mercado.

2 A ação da extensão rural na formação de uma cultura tecnicista

A região do extremo-oeste de Santa Catarina localiza-se na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Caracteriza-se pela essencialidade agrícola, produção a qual, durante muitos anos se organizou em pequenas propriedades rurais e com mão de obra familiar e artesanal. Uma região que apresenta baixo índice de desenvolvimento econômico e social.

A ocupação territorial da região por descendentes de europeus foi marcada por diversos conflitos, os quais influenciaram na organização do ambiente da região. Essas terras foram alvo de disputas territoriais, conflitos étnicos, culturais e econômicos, os quais proporcionaram o “desenvolvimento e o progresso” da região, isso sob a ótica do capital.

A região oeste de Santa Catarina, bem como a região Sudoeste do Paraná, por muito tempo chamado de território de Palmas, por volta de 1880, passou a despertar interesses capitalistas e políticos dos governos argentino e brasileiro. Janssen (2000, p.21), destaca que ambos os governos tinham interesses em explorar a madeira de lei encontrada na região, que tinha um alto valor comercial na Europa.

Renk (2000, p.73), salienta que a colonização do Oeste foi impulsionada pelas propostas de que o Brasil seria um país com vocação agrícola, no branqueamento da raça e na ideologia da pequena propriedade.

As terras do extremo oeste catarinense foram divididas em pequenas propriedades rurais, com a produção de subsistência e mão de obra familiar e artesanal.

A primeira atividade econômica da região foi: a exploração de madeira e a exportação da mesma para a Argentina. O transporte dessa madeira era feito através do rio Uruguai, faziam-se as balsas, e em épocas de cheias as mesmas eram conduzidas pelos balseiros até São Borja e lá eram exportadas.

Percebe-se que a exploração da flora regional aconteceu nas margens dos rios e suas redondezas sem nenhuma preocupação com os impactos que a exploração poderia provocar. Os colonizadores se estabeleceram nas margens do rio Uruguai e a transformação dessa paisagem agrava os problemas ambientais hoje enfrentados, tais como: a poluição das águas superficiais, o processo de erosão e assoreamento, além do esgotamento do solo.

Muitos imigrantes que para região vieram foram influenciados pelas propagandas milagrosas e pelas boas propostas de compra de terra, jamais imaginavam o isolamento e a falta de estrutura que aqui encontrariam. Dessa forma, a produção de subsistência foi a única alternativa encontrada pelos colonizadores para a sua sobrevivência já que a região estava isolada do mercado externo pela falta de estradas ou meios de comunicação para a venda da produção agrícola, além disso as famílias eram numerosas e era necessário ocupar a mão de obra familiar.

Fatores como a falta de mercado, famílias numerosas, meios de transportes rudimentares, terras montanhosas, além do transplante do modelo de propriedade das regiões de origem, fez com que se pautasse a colonização em cima da propriedade familiar e da produção de subsistência. Os recursos naturais da região viabilizaram um modelo de desenvolvimento econômico de reduzida orientação para o mercado. A existência da mata nativa e a boa fertilidade do solo propiciaram ao imigrante uma relativa autonomia e auto-suficiência, dentro dos limites estabelecidos pelos mentores da colonização. (EIDT, 1999, págs. 63,64).

Para o cultivo, a grande maioria dos agricultores “limpava a terra” praticando a “Coivara”, queimando a capoeira e com isso eliminando grande quantia da microvida do solo, o que favoreceu o desgaste do solo. Na falta de meios para os colonizadores se divertirem, passavam os domingos caçando, o que colaborou para a extinção de várias espécies de animais da região.

A ocupação das terras da região oeste por descendentes de europeus mudou significativamente a relação entre a sociedade e a natureza. Se até 1922, o meio natural não sofreu grandes influências, degradações ou constantes modificações pela sociedade que ali viviam, com a comercialização dessas terras, entre o governo e as empresas colonizadoras e a ocupação feita pelos europeus, o meio natural da região passou por grandes transformações provocadas por uma cultura extrativista que visava a obtenção de lucros.

No entanto, alteração maior ainda estava por vir. Renk (2000), faz um paralelo entre a cultura de produção anterior à modernização agrícola, a qual estava baseada no trabalho familiar, onde o acesso a terra enquanto patrimônio familiar, principal fonte de seu sustento e norteadora das atitudes, e a cultura moderna de produção, na qual o Estado, através da Extensão Rural, a Previdência Social e a escolarização introduz mudanças no modo de produzir e de cultivar, o que vem provocando sérios impactos

socioeconômicos e ambientais.

A tecnologia moderna de produção agrícola, implantada pela Revolução Verde, concebida nos escritórios das Fundações FORD e ROCKFELLER, cuja ideologia, com o discurso de “acabar com a fome”, criou um serviço eficiente para transferir idéias que impulsionassem o uso de variedades altamente produtivas, insumos químicos, além da mecanização agrícola. Idéias essas, que foram difundidas pela Extensão Rural. (ACARESC, 1981, p.03).

Leff (2003, p.67) acrescenta que no processo de incremento da produtividade dentro da indústria agroalimentar depende da utilização de pesticidas químicos, fertilizantes, sementes híbridas ou geneticamente modificadas, entre outros e que essa produção, além dos impactos sociais e econômicos, esta trazendo conseqüências negativas para a qualidade da água e dos solos.

Renk (2000 p. 45) salienta outros fatores dessa crise enfrentada pelos pequenos produtores rurais do extremo-oeste de Santa Catarina, fatores esses apresentados por técnicos agrícolas que atribuem essa crise aos seguintes fatores: à distância dos mercados consumidores, a escassez de terras férteis, o esgotamento da fronteira agrícola, a estrutura fundiária pulverizada, além da alta densidade demográfica. “A ação conjunta desses fatores gerou um quadro de descapitalização de significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas”.

O que comprova o aumento da desigualdade social, após a implantação da Revolução Verde são os índices de concentração de renda., Santo diz que a área ocupada pelos 50 estabelecimentos menores diminuiu de 3,1% para 2,4%, e a porcentagem da área total ocupada pelos 5 estabelecimentos maiores aumentou de 67,9% para 69,7%, entre os anos de 1960 e 1980. (SANTO 1999, p.36)

Além desses impactos, é importante lembrar que o uso dessa tecnologia proporcionou lucros para as grandes Companhias Multinacionais, a Revolução Verde é um sistema complexo e muito bem concebido para a dominação industrial, e que aumentou a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos países centrais. (ACARESC, 1981, p.05).

O êxodo rural, provocado pela crise, vem diminuindo o contingente populacional dos pequenos municípios do oeste de Santa Catarina, esse processo ou a crise vivenciada pela população oestina é principalmente devida a descapitalização e ao esgotamento dos recursos naturais, (RENK, 2000, p. 47).

Acredita-se que essa crise é uma conseqüência do processo de modernização da agricultura na região, que se solidificou com a formação de uma cultura tecnicista, promovida pelo estado, através da extensão rural que viabilizou o uso do Pacote Tecnológico - conjunto de técnicas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e são empregados em uma lavoura ou criação, aprofundando mudanças relacionadas ao modo de produção, definidos como prioritários e ao apelo a produção e a produtividade. (GREGOLIN, 2000 p. 87).

A agricultura do extremo-oeste catarinense, bem como, a agricultura brasileira, pode ser dividida em dois períodos: antes do surgimento da Extensão Rural e após. Durante muitos anos a produção agrícola esteve organizada em pequenas propriedades rurais, com a produção voltada para a sobrevivência familiar. Praticavam a policultura e a mão de obra era familiar e artesanal. Mas com o objetivo de formar uma nova concepção

de agricultura, onde a produção estivesse voltada para o mercado, surgiu no Brasil e também em Santa Catarina a Extensão Rural, que criou estratégias de educação informal para mudar o modo de agir e de pensar dos agricultores, para que os mesmos adotassem métodos e técnicas modernas de produção. Olinger (1996, p04) diz que a maioria dos países latino americanos adotaram a Extensão Rural sob o pressuposto de que seria o melhor instrumento para promover o desenvolvimento rural.

Simon (1996, p. 08) afirma que: “A Extensão Rural surge na América Latina pela necessidade de mudança tecnológica da atividade agrícola, objetivando o aumento da produção e produtividade necessária. Desta forma acompanharia a necessidade de matéria-prima gerada pela indústria...” Afirma ainda que, a inserção da extensão rural é oriunda de uma visão da realidade social, que pressupõe o desenvolvimento com a transferência de valores de um setor moderno para um tradicional.

A Extensão Rural surgiu no Brasil com o propósito de ensinar o agricultor a produzir conforme os ditames da modernidade, que através de sementes e insumos industrializados aumentariam a produção. “O interesse maior do serviço de extensão rural era habilitar o agricultor e sua família para obter maior produtividade resultante do trabalho realizado, através do uso racional dos fatores de produção, principalmente dos novos insumos, maquinário e do crédito.” (OLINGER, 1996, p. 12).

A Extensão Rural tem origem nos Estados Unidos e foi transferida para o Brasil com ideologias decorrentes da Guerra Fria, período o qual os Estados Unidos pretendiam se consolidar enquanto hegemonia, difundindo idéias, métodos, técnicas capitalistas pelo mundo inteiro, diminuindo assim, o poder dos países socialistas. Havia também, o receio de que os povos famintos fossem mais receptivos às propagandas comunistas, isso fez com que o governo americano iniciasse um programa de assistência aos países mais pobres, principalmente os da América.

“A dimensão psico-política da guerra fria ajuda compreender de que maneira a Extensão Rural expandiu-se na América Latina, enquanto forma de dominação do produtor rural. O pressuposto básico dessa dimensão era que a transferência do modelo americano de Extensão Rural deveria constituir-se em uma das formas de controle do produtor rural”. (SEIFFER 1990, p.48).

Fundamentadas no capitalismo, o qual visa a maximização dos lucros, a Extensão Rural proporcionou a introdução dos pacotes tecnológicos voltados para a utilização de insumos e máquinas “Educando” o agricultor brasileiro para que esse fosse capaz de se tornar mais “moderno” e capaz de superar o “atraso” da agricultura brasileira, a partir do uso de métodos e técnicas para a produção agrícola.

Gregolin (2000, p.82) afirma que o modelo educacional extensionista, fundamentava-se na concepção que era necessário modificar o que os agricultores sabiam, pensavam, acreditavam, e produziam. A Extensão Rural deveria promover essa mudança de atitudes e de comportamento, difundindo informações e práticas necessárias para introduzir novas técnicas que modernizassem a agricultura fazendo com que os agricultores produzissem para o mercado e não mais para a sobrevivência.

Era essencial redefinir o papel da pequena propriedade pela dominação do trabalho familiar ao capital e suas conseqüências. (SIMON, 1996, p.09).

O processo educativo da Extensão Rural tinha suas idéias e metodologias baseadas na pedagogia do Consenso que, segundo Seiffert (1990, p16), considerava a

educação do ponto de vista da transmissão de conhecimentos, normas de conduta e valores das gerações adultas para jovens, desconsidera-se o conhecimento popular e condicionava os agricultores a produzir para obter o máximo do desenvolvimento econômico. Acreditava-se que as pessoas aprendiam a fazer, fazendo. "... o consagrado princípio pedagógico que recomenda ensinar a fazer, fazendo, é de indiscutível eficácia para quem pretenda realizar mudanças de hábitos, atitudes e habilidades, principalmente entre os pequenos e médios agricultores". (OLINGER, 1996, p.17).

Um exemplo disso eram as Semanas Ruralistas, durante as quais um grupo de técnicos, deslocavam-se para o meio rural e proferiam palestras sobre temas agropecuários, acompanhadas de algumas demonstrações sobre vacinação do gado, combate ao carrapato e ao berne, o correto uso de pesticidas entre outras práticas. (OLINGER, 1996, p.44).

Para que os métodos e técnicas modernas fossem transmitidos aos agricultores brasileiros era necessário que os técnicos entendessem a pedagogia do consenso, dessa forma, técnicos agrícolas foram aos Estados Unidos fazer treinamentos, esses voltaram para o Brasil com a "missão" de difundir os conhecimentos e informações que "modernizassem" a agricultura Nacional.

Os extensionistas, segundo Seiffert, seriam os intermediários entre os interesses dos agricultores e as políticas agrícolas, objetivando ultrapassar o assessoramento técnico, promovendo mudanças socioeconômicas e culturais. Souza (2003), acrescenta que os extensionistas passaram a ser os intermediários do governo na difusão das inovações junto aos agricultores, e a juventude rural tornou-se principal alvo para a introdução e transmissão desses novos conhecimentos aos produtores rurais. Deveriam convencer os agricultores que o processo de mecanização da agricultura era irreversível e que seria a única forma de melhorar a qualidade de vida dos agricultores, e aqueles que não adotariam o sistema seriam atrasados, o seu modo de produção ultrapassado, a única forma de superar o atraso seria adotar o pacote tecnológico. Precisavam ensinar aos agricultores a melhor forma de administrar a sua propriedade. Essas idéias estão explícitas no discurso de Timmer (1954), especialista em extensão agrícola:

[...] a questão é persuadir os agricultores a utilizar os melhores métodos, aumentar a capacidade de aquisição rural ensinando os agricultores como gastar seu dinheiro de modo racional, a educação precede o fomento, se não persuadirmos as populações rurais a empregar um método de produção... persuadir as populações a aceitar a nossa propaganda é justamente a tarefa do extensionista, lavremos pois, a terra e lancemos as sementes para a colheita de uma classe sã de agricultores[...] (ACARESC, 1981, P. 06)

A Extensão Rural no estado de Santa Catarina iniciou suas atividades no ano de 1957, com os mesmos objetivos e princípios que a nível nacional; a formação educacional dos agricultores que proporcionasse conhecimentos técnicos para desenvolver um modo de produção moderno. Seiffert (1990 p68) afirma que o plano postulava, através de campanhas educacionais, conduzir os agricultores a se tornarem autônomos o que possibilitaria a execução de empreendimentos, com o objetivo de aumentar os lucros, dessa forma a produção agrícola se tornaria mais capitalista. Governantes afirmavam que a renovação da economia agrícola e pastoril repousava no abandono dos processos de rotina e na adoção de métodos, sistemas e recursos modernos, que possibilitassem maiores rendimentos com menor parcela de esforço; só assim se obteria melhor aproveitamento das energias humanas.

Santo (1999, p.16), afirma que a partir do ano de 1950, houve grande expansão da fronteira agrícola com a aplicação de políticas direcionadas a formação do complexo industrial, já que objetivava-se aumentar a produção.

Seiffert, em um breve histórico sobre a extensão rural em Santa Catarina, salienta que o extensionismo, em suas origens organizou-se a partir do movimento associativista ruralista, liderado pela FARESC- Federação das Associações de Santa Catarina, que englobava as iniciativas de desenvolvimento rural. Nessa época, o governo catarinense assinou convênios com o PONTO IV- Programa norte-americano de incentivo financeiro para a modernização agrícola de países subdesenvolvidos, para promover campanhas educativas e semanas ruralistas. A partir de 1964, intensificou-se a fase do “difusionismo produtivista”, que se baseava na aquisição por parte dos produtores de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital, que segundo Seiffert (1990 p96), visavam o aumento da produtividade, via mecanização e uso de insumos modernos como adubos, defensivos e sementes melhoradas. Nessa época surgiu a EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Simon, (1996, p. 10) afirma que o órgão tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população rural e o aumento da matéria-prima necessária ao mercado interno e a exportação. Assegura ainda que as ações da Extensão, de um modo geral, são definidas pelo interesse do capital, algumas vezes buscando diversificação de culturas, assegurando assim a força de trabalho rural e industrial, noutras intensificando a produção para exportação.

A ação da ACARESC- Associação de crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, criada nos anos 50, além de acessória e serviços de extensão prestado aos agricultores criou um programa de educação do jovem rural, os chamados Clubes 4s, a exemplo dos clubes 4Hs dos Estados Unidos. Estes clubes congregavam jovens de 14 à 25 anos que encontravam no clube um local para reunião e diversão, além de receber uma educação modernizante com acesso a pequenos créditos como a finalidade de, junto aos técnicos, fazerem experiências nas propriedades dos pais. (Santos, 1999, p.56). Além desse programa educativo, a Extensão Rural também criou outros programas, como: o crédito rural, cooperativismo, suinocultura, fruticultura de clima temperado, clubes de mães visando o bem-estar social.

O significado para a sigla 4S, segundo Silva (2002, p.194), é: Saber, Sentir, Servir e Saúde, palavras as quais adquirem sentidos a partir do juramento feito pelos quatroessistas:

“Minha cabeça para Saber claramente
Meu coração para Sentir maior lealdade
Minhas mãos para Servir mais e melhor
Minha saúde para uma vida mais sã
Com o meu 4S, meu lar, minha comunidade e minha pátria.”
(SILVA, 2002, p. 194).

Esse juramento expressa a necessidade criada para que os jovens participassem do Clube, para que dessa forma pudessem melhorar a qualidade de vida de sua família e também para a comunidade.

A comunidade na qual se instalaria um clube deveria apresentar um potencial de jovens, adultos e jovens interessados, disponibilidade de líderes, potencial agro-pastoril e

de economia doméstica, além de ter fácil acesso. (FURTADO, SILVA, FRANCO, 1996, p.65). Era necessário também que os agricultores tivessem poder aquisitivo e ser proprietário da terra.

“Os Clubes 4s devem contribuir efetivamente para o aumento da produtividade. Importa, pois, localiza-los junto as comunidades de maior significação econômica para o município. Importa ainda congregar nos Clubes, de preferência, filhos de médios proprietários e de meeiros ou arrendatários em condições de tornar-se proprietários, futuramente.” (ACARESC, s/d p. 05).

O quatroessista deveria executar três projetos. O projeto individual de agropecuária ou economia doméstica, acompanhado de contabilidade simplificada, com acessória técnica, dessa maneira o jovem era preparado para ser empresário rural. Esses projetos deveriam ajustar-se ao tipo predominante de exploração e aos problemas existentes na área. (ACARESC, s/d p.05). Os projetos coletivos, nos quais discutiam-se as novas técnicas de produção. E os projetos coletivos de ajuda a comunidade com o objetivo de integrar o Clube a comunidade.(FURTADO, SILVA, FRANCO, 1996, p.66).

Os líderes de cada Clube deveriam desenvolver no jovem rural uma mentalidade de progressista, capaz de aceitar a orientação dos técnicos. Para isso, os líderes participava, de cursos de capacitação, a nível regional. (ACARESC, s/d p. 13).

Durante essa fase, os clubes 4S tiveram seu auge em Santa Catarina, esses clubes pretendiam desenvolver atividades de agricultura, pecuária e educação para a saúde para que essas atividades se tornassem “modernas”, já que o meio rural era visto pelos governantes e também pela população urbana como atrasada.

“A agricultura representou no Brasil, a partir da década de 1950, um entrave ao progresso. Dentro dessa lógica, foi necessário investir em tecnologias, foi preciso modernizar... mas, sobretudo, criou-se a necessidade de formar um novo sujeito, um outro agricultor, apto a lidar com as novas técnicas e tecnologias.” (SILVA, 2002 p.145).

As atividades promovidas pela extensão rural, através do Clube 4S, se dão de diversas formas: além da “lavoura demonstrativa” e da organização da horta, também se procurou atingir o jovem agricultor educando-o para a higiene de seu corpo e também de sua propriedade. Os discursos e atividades organizadas nos encontros pretendiam impregnar o espírito de liderança.

“Assim, para um agricultor se adaptar a um processo moderno de produção, este necessitava ter cuidados (controle) sobre a sua propriedade e sobre si mesmo para produzir o necessário, não mais para a subsistência ou para a produção em pequena escala, mas demonstrar que o campo não é sinônimo de atraso, e sim , de modernidade.” (SILVA 2002 p.207).

Esses Clubes 4S, em sua ação educativa, inseriram políticas de desenvolvimento agrícola para modernizar o meio rural da região, incorporando a população rural a economia de mercado.

O estado preocupado em oferecer essa educação além das iniciativas feitas pela Extensão Rural, também passou fazer uso da imprensa para propagar os seus interesses, nesse sentido, a própria ACARESC passou a produzir textos e cartilhas com vistas para a mudança de hábitos. “Com o correr do tempo e pelos meados do século XIX, essas atividades eram complementadas pela publicação de folhetos e com a participação efetiva de técnicos do governo federal e dos estados.” (OLINGER, 1996 p.13).

Gregolin (2000, p. 83) acrescenta que os projetos educacionais eram organizados de forma centralizada dando pouca autonomia para as equipes locais e um relacionamento instituição/ produtor fortemente autoritário.

Todas as atividades realizadas para capacitar o agricultor consistiam em fornecer conhecimentos que demonstrassem as vantagens dessas técnicas, que mudassem valores, para assim obter condutas, as quais desenvolvessem uma “agricultura moderna”. No entanto, não se questionavam os problemas sócio-ambientais que esse novo modelo de produção pudesse provocar. Como salienta Seiffert (1990 p139), “As modernas práticas agrícolas adotadas, não eram questionadas em si; e não consideravam, também, os efeitos que essas práticas poderiam gerar sobre o meio ambiente”.

Seiffert (1990 p100), afirma ainda que, no início dos anos 80, a modernização da agricultura brasileira, passa a ser criticada por duas vertentes: a de estudiosos que passam a questionar os problemas sociais, econômicos e políticos que se agravam a partir da “Revolução Verde”; e a de estudiosos preocupados com a ecologia, já que, os problemas com a contaminação com alimentos, a degradação do solo, a intoxicação de trabalhadores rurais e as alterações climáticas, que se agravaram a partir da modernização agrícola.

As práticas extensionistas foram expressivas para as inovações que ocorreram na agricultura catarinense garantindo que o agricultor entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, ou seja, passou a produzir mais e conseqüentemente consumindo mais implementos agrícolas e aumentando as áreas cultivadas. Sendo assim, a natureza passa a ter apenas um valor capital, derrubam-se mais matas, usa-se intensivamente o solo e polui-se com o uso intenso de insumos agrícolas, tudo isso para aumentar a produtividade. Sem contar que a sociedade camponesa passa por um processo de seletividade, onde poucos agricultores, os que têm condições financeiras de se modernizar acompanham o processo, mas a maioria passa a ser excluída.

Leff (2004, pág. 49), afirma que a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e de exploração econômica da natureza. Acrescenta ainda, que a pobreza é um resultado de um círculo vicioso de desenvolvimento perverso-degradação ambiental–pobreza induzido pelo caráter ecodestrutivo e excludente do sistema econômico dominante. (LEFF, 2004 p.58).

Essa realidade ambiental, decorrente de uma cultura capitalista faz com que a organização da sociedade entrasse em crise, como afirma Leff (2003, p. 15):

“A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta à nós como um limite do real que resignifica e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional, limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdades social.”

A crise ambiental mundial, especialmente a regional, nos faz refletir sobre o modo de viver, agir e produzir baseado em conhecimentos difundidos por interesses capitalistas.

Leff (2004, p.22) diz que a problemática ambiental é o sinal mais eloqüente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Acrescenta que a meta iluminista da modernidade e a emancipação do homem através da razão convertem-se em alienação ao compreender as causas que movem o mundo, nem questionar os

mecanismos tecnológicos que governam a produção. O que torna fundamental conhecer e questionar essa cultura que nos levou a utilizar todos os limites: sociais e naturais, a fim de satisfazer nossas necessidades e desejos crescentes internalizados através de uma cultura consumista.

O mesmo autor (LEFF, 2003, p.22), escreve que a complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer; sobre a hibridação do conhecimento na interdisciplinaridade; sobre o diálogo de saberes e a inserção da subjetividade dos valores e dos interesses na tomada de decisões e nas estratégias de apropriação da natureza. Mas também questiona as formas em que os valores permeiam o conhecimento do mundo, abrindo um espaço para o encontro entre o racional e o moral.

3 Considerações

Os dados da pesquisa, em andamento, apontam o processo de mudança de uma economia regional muito próxima à economia substantiva, estudada por Karl Polanyi. Havia entre os agricultores relações mercantis. No entanto, estas voltavam-se à aquisição da terra e seu pagamento. Grande quantidade dos bens consumidos eram produzidos na propriedade. As trocas e solidariedade através de mutirões com vizinhos eram freqüentes. Abater uma rês e distribuir entre os vizinhos significava a certeza de retorno de outro pedaço de carne quando aquele matasse um animal.

A vida inóspita levava à formação de comunidades, centrando esforços para superar adversidades e pela ausência do estado.

Não se pode negar que havia a transmissão de um capital cultural (não escolar) entre as gerações, permitindo cultivo e trato de animais, num saber agrônômico informal. A introdução da extensão representou uma expropriação ou invalidação dos saberes tradicionais e substituição por um outro modo de fazer, seja na lavoura, no uso do solo, das sementes, no trato dos animais.

Além disso, as novas técnicas de produção difundidas pela extensão, proporcionaram um aumento da produção e da produtividade, mas deixaram profundas seqüelas socioeconômicas e ambientais: o aumento da concentração de terra e de renda; a exclusão de milhões de trabalhadores rurais que incharam as cidades; a contaminação e envenenamento do solo, da água e do ar; a destruição do equilíbrio natural dos ecossistemas, a perda da fertilidade natural do solo e da biodiversidade; poluição alimentar e aumento de doenças causadas pela má alimentação. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram o crescimento econômica, que agravou os problemas sociais e naturais, o que torna fundamental conhecer e discutir ideologias que permeiam a educação formal e informal, ao longo das décadas.

Referências

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Clubes 4s Manual para Extensionistas. ACARESC. Florianópolis, s/d.

Extensão Rural: Uma Contribuição ao seu repensar. ACARESC. 1981.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação, uma identidade em crise.** Editora UNIJUI. Ijuí, 1999.

FURTADO FILHO, Dorvalino; SILVA, Francisco Cunha; FRANCO Multion, Homero. **Gotas de Suor uma trajetória de 40 anos.** Epagri. Florianópolis, 1996.

GREGOLIN, Altemir. **Municipalização da Agricultura – Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.** Editora Grifos. Chapecó, 2000.

HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina. Aspectos Sócio-Político-Econômicos e Religiosos.** Editora UNOESC. Joaçaba, 1997.

JANSSEN, Gertrudes. **Mondaí, Construindo a sua História.** GBS editora gráfica Ltda. São Miguel do Oeste, 2000.

LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental.** Editoras Cortez, Edifurb, Pnuma. São Paulo, 2003.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Editora Vozes. 3ª Edição. Petrópolis, 2004.

OLINGER, Glauco. **50 anos de extensão rural. Breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006.** Editora GMC/Epagri. 1ª edição. Florianópolis, março 2006.

_____. **Ascesão e Decadência da extensão rural no Brasil.** Epagri. Florianópolis, 1996.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avestas.** Editora Grifos. Chapecó, 2000.

SANTO, Evelise Espírito. **A Agricultura no Estado de Santa Catarina.** Editora Grifos. Chapecó, 1999.

SEIFERT, Raquel Quadros. **Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses Políticos-Pedagógicos (1956 – 1985).** 1990. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, fevereiro de 1990.

SILVA, Claiton Marcio da. **Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S.** Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó: UFSC, 2002.

Povo desenvolvido é povo limpo: o controle do corpo do jovem rural através dos clubes 4S, SC (1970-1985). Editora Argos. Cadernos de CEOM. Chapecó, 2002.

SIMON, Álvaro Afonso. **Análise Histórico-crítica dos Trabalhos em Microbacias Hidrográficas em Santa Catarina 1984/1990.** Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, abril de 1993.

A Extensão rural e o novo paradigma. Epagri. Florianópolis, 1996.

SOUZA, Sirlei de Fátima de. **Tradição X Modernização no Processo Produtivo Rural: Os Clubes 4-S em Passo FUNdo (1950-1980).** Dissertação de Mestrado na área de História sob orientação do professor Dr. João Carlos Tedesco: Passo Fundo, 2003.